



Moção Sectorial ao XXIII Congresso Nacional

“Governança Multinível para uma maior Resiliência e Sustentabilidade”

A sustentabilidade e o combate às alterações climáticas são prioridades estratégicas assumidas pelos Estados e pelas Organizações Internacionais, como é exemplo a Agenda 2030 (com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), o Acordo de Paris e a Nova Agenda Urbana. Estes documentos enquadradores, que advêm dos alertas e evidências científicas, são simultaneamente absorvidos direta ou indiretamente pelos governos, pelas regiões e autarquias.

Exemplo disso, são as várias políticas, medidas e planos desenhados e implementados ao nível europeu e ao nível nacional, do qual se destaca o *Green Deal*, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050), o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC2030), o Plano de Ação para a Economia Circular e os Planos de Adaptação às Alterações Climáticas, entre outros. Estas políticas estratégicas estão já suportadas em programas de financiamento que se operacionalizam nos projetos urbanos, e para os quais precisamos de ser eficazes e céleres na sua aplicação.

É igualmente importante olhar ao ano 2019, antes da pandemia, e verificar que foi possível Portugal crescer economicamente acima da zona euro e reduzir as emissões de carbono, além da média europeia. Perante este novo modelo socioeconómico, no qual tem prioridade a sustentabilidade, sem comprometer a qualidade de vida dos cidadãos e o aumento dos rendimentos, devemos ter em conta que é possível criar territórios mais atrativos, mais sustentáveis e mais resilientes, mantendo serviços básicos de qualidade, nomeadamente de saúde e bem-estar, serviços educativos e científicos plurais, bem como níveis de emprego, justiça social e cidadania elevados, ao mesmo tempo que possamos combater o “inverno demográfico” que estaremos sujeitos até 2050, em contra ciclo com o resto do mundo, que pode colocar em causa o futuro dos serviços públicos essenciais e da própria segurança social.

Por outro lado, o Partido Socialista tem estado na vanguarda e na linha da frente da defesa dos valores sociais e ambientais, sem nunca esquecer o equilíbrio fundamental assente nos 3 pilares do desenvolvimento sustentável: económico, social e ambiental.

É nesta perspetiva que se torna fundamental reconhecer a importância do papel das cidades e do mundo rural no combate às alterações climáticas, tornando os seus territórios e comunidades mais resilientes, mais adaptadas e mais sustentáveis, permitindo que se monitorize a performance ambiental e se discrimine positivamente as autarquias com melhores resultados, ao mesmo tempo que se contribui para as metas do país assumidas internacionalmente, através da implementação de ferramentas de Governança Multinível.

Proposta:

Perante isto, a fim do Partido Socialista continuar na senda de uma agenda fundamental reformista, capaz de apoiar as autarquias e as estruturas concelhias e federativas, e dada



a relevância e transversalidade do tema, propõe-se a criação de um Departamento Nacional Temático designado “Ambiente, Território e Desenvolvimento Sustentável”, que tenha como função promover o debate de ideias e a produção de conhecimento na área do desenvolvimento sustentável do território, com o objetivo de disseminar boas práticas, incentivando as estruturas do partido a replicar grupos temáticos, promovendo e apoiando a criação de políticas inovadoras em áreas transversais, que atinjam o fim específico de fomentar a sustentabilidade dos territórios, através de processos de descarbonização e de adaptação, mitigação e combate às alterações climáticas, numa lógica integrada, multidisciplinar e multinível.

Lisboa, 16 de junho de 2021.

Proponente:

1. Jorge Cristino – Militante n.º 51550
2. Filipe Beja – Militante n.º 149707
3. Cátia Rosas – Militante n.º 114082

Subscritores:

4. Hugo Xambre Pereira – Militante n.º 54934
5. Filipa Gouveia – Militante n.º 155984
6. José Manuel Alho – Militante n.º 45511
7. José Pedro Simões – Militante n.º 25237
8. José Manuel Graça – Militante n.º 19721
9. Maria Teresa Pires – Militante n.º 3086
10. Luís Miguel Soares – Militante n.º 78501
11. Luís Filipe Pallister e Calaim – Militante n.º 151764
12. Bruno Veloso – Militante n.º 34965
13. Pedro Miguel Pereira de Sousa – Militante n.º 55270